

O Batismo e a Ceia do Senhor na tradição luterana e no diálogo presente*

Nelson Kilpp

1 — Introdução

No ano passado J. Rothermund apresentou uma palestra intitulada “A Igreja Luterana : um perfil”, contendo uma introdução concisa e acurada a alguns traços essenciais da Igreja Luterana. Ele não mencionou a compreensão luterana dos sacramentos, o Batismo e a Ceia do Senhor, porque este assunto estava programado para a discussão deste ano. Minha tarefa era trazer alguns elementos para nossa discussão sobre “o papel do Batismo e da Ceia do Senhor em relação à condição de membro da Igreja e às relações eclesiais” dentro do marco do tema global da consulta deste ano: “A autocompreensão da Igreja Luterana e da Igreja Adventista do Sétimo Dia em relação com outras igrejas”. Para o propósito de nossa discussão, pensei que seria útil apresentar a compreensão luterana de Batismo e Ceia do Senhor, em analogia à palestra de J. Rothermund, bem como um resumo dos diálogos bilaterais da Federação Luterana Mundial sobre os sacramentos, à semelhança da palestra de Risto Saarinen intitulada “Justificação pela fé nos diálogos ecumênicos da Federação Luterana Mundial”.

Espero que dessa maneira seja possível mostrar como os luteranos se relacionam com outras igrejas no tocante ao assunto do Batismo e da Ceia do Senhor. É claro que tanto a compreensão luterana tradicional dos sacramentos quanto os diálogos presentes sobre eles estão inter-relacionados. A compreensão luterana dos sacramentos não pode ser separada das controvérsias da época da Reforma. Também os diálogos atuais ajudam os luteranos a aprofundar sua compreensão tradicional. Por conseguinte, às vezes o leitor/a encontrará os mesmos aspectos nas duas partes deste ensaio.

Para dar uma visão geral da compreensão luterana de Batismo e Ceia do Senhor, usei principalmente os escritos confessionais luteranos¹ e a *Encyclopedia of the Lutheran Church*². Foi impossível sistematizar as opiniões e tendências teológicas atuais sobre o assunto para esta palestra, de sorte que percepções particulares e individuais não foram incluídas aqui. De modo semelhante, nem todos os diálogos puderam ser levados em consideração. Concentrei meus esforços nos relatórios das comissões mistas nas quais a Federação Luterana Mundial

(FLM) era um dos dois parceiros³. O documento *Batismo, Eucaristia e ministério*, do Conselho Mundial de Igrejas, p. ex., não foi incorporado neste ensaio. A maioria dos diálogos realizados nos Estados Unidos também não puderam ser levados em consideração.

Neste contexto eu deveria mencionar que não tive acesso a todos os documentos. Não consegui encontrar nada sobre o assunto, p. ex., nos relatórios dos diálogos entre luteranos e ortodoxos aos quais tive acesso⁴. Por isso, no que se segue não faço referência a este diálogo.

2 — Batismo

2.1 — A compreensão luterana de Batismo⁵

O Batismo é um dos sacramentos verdadeiros da Igreja e, por conseguinte, um meio da graça. Ele foi ordenado por Jesus Cristo e oferece uma dádiva e promessa especial da graça em conexão com o elemento material, a água. Como oferta da graça, o Batismo precisa ser recebido pela fé. Os luteranos acentuam que o Batismo é um ato salvador do próprio Deus, mesmo que seja realizado por mão humana (Catecismo Maior IV,10). Deus ligou graciosamente sua ação salvadora à água (Catecismo Maior IV,29). O princípio reformatório do *sola gratia* é a chave principal para a interpretação do Batismo.

De acordo com o Catecismo Menor (IV,1), “o batismo não é apenas água simples, mas é a água compreendida no mandamento divino e ligada à palavra de Deus”. Como ordenança de Deus, instituída por Jesus Cristo (Mt 28.19; Mc 16.16), o Batismo pode ser descrito como “regeneração” (Tt 3.5; cf. Jo 3.15), isto é, um “renascimento”, ou incorporação no Cristo vivo e em seu corpo, a Igreja (1 Co 12; cf. Rm 12; Ef 4), como “revestir-se de Cristo” (Gl 3.27), morrer e ressurgir com Cristo (Rm 6.3ss.; cf. Catecismo Maior III,27).

A teologia luterana do Batismo desenvolveu-se tendo como pano de fundo a tradição e as idéias católicas romanas e delimitando-se em relação ao movimento anabatista.

Na época da Reforma o Batismo não parecia ser um ponto de controvérsia com Roma. Não obstante, havia uma tendência contra a compreensão romana dos sacramentos. De acordo com Lutero e os luteranos, a mera execução do rito sacramental não tem qualquer efeito automático, mecânico (*ex opere operato*); ele só se torna efetivo pela fé pessoal (Confissão de Augsburgo XXIV,30; Apologia XIII,18). Os benefícios do Batismo — perdão dos pecados, libertação do diabo e da morte, salvação eterna — realizar-se-ão para todos os que crêem na promessa de Deus dada com o Batismo (Catecismo Menor IV,5ss.; Catecismo Maior IV,24).

Por outro lado, contra os radicais (anabatistas) do séc. 16, os luteranos

sustentavam que os sacramentos não são apenas “sinais por que se possam conhecer exteriormente os cristãos, mas (...) sinais e testemunhos da vontade divina para conosco, com o fim de que por eles se desperte e fortaleça a nossa fé” (Confissão de Augsburgo XIII,1). Lutero pensava que os anabatistas fariam do Batismo uma obra realizada pelos seres humanos e apresentada por eles a Deus (Catecismo Maior IV,52ss.)⁶. Ele queria preservar a iniciativa e ação graciosa de Deus no Batismo (Catecismo Maior IV,10).

Para os anabatistas (e Zwínglio), Lutero permanecia perto demais da idéia romana um tanto mágica de sacramento, negando a importância da fé e da responsabilidade moral no caso do Batismo. Lutero, como discípulo de Agostinho, argumentava com a graça proveniente de Deus, que cria fé (Catecismo Maior IV,75s.)⁷.

Lutero não entrou nos detalhes da relação entre Batismo e fé. Em vez disso, tratou da relação de pecado, graça e perdão do pecado. Com base nisso, desenvolveu uma compreensão dinâmica de Batismo. Este é uma ação incoativa e contínua de Deus com os seres humanos. Isso quer dizer que, a partir do ato do Batismo, Deus age na pessoa batizada para fazer dela uma nova pessoa. A pessoa nova e sem pecado ainda não existe logo após o Batismo. O velho Adão precisa ser afogado diariamente, ao passo que o novo ser humano deveria ressurgir diariamente (Catecismo Menor IV,12). O pecado não é apagado com o Batismo. Isso está estreitamente ligado à compreensão de Lutero acerca da Igreja: a Igreja não é a comunidade dos puros, como queriam os anabatistas. Os crentes são ao mesmo tempo justificados e pecadores (*simul iusti et peccatores*). Os cristãos batizados são puros apenas por imputação⁸ e na medida em que Deus começa a transformar os batizados até atingir a perfeição no último dia. O Batismo tornou-se, assim, uma ação contínua de Deus mais do que um único rito isolado.

A vida cristã é um Batismo diário (Catecismo Maior IV,65). Por conseguinte, não é possível repetir o Batismo. Ele nunca perde a validade. A promessa de Deus se mantém para a vida toda. Uma pessoa pode abandonar seu Batismo, embora isso não invalide a oferta de Deus. Um eventual arrependimento não é outro sacramento; é um retorno ao Batismo. Por isso não há rebatismo (Declaração Sólida II,69). A confirmação do Batismo, adotada pelos luteranos da prática da Idade Média incipiente, é uma reafirmação do Batismo após uma instrução apropriada dos batizados.

Para Lutero, a preocupação pastoral sempre foi um critério importante em seus ensinamentos. Em vez de tentar construir uma elegante e sistemática teologia do Batismo, Lutero estava interessado em evitar compreensões errôneas tanto do lado romano quanto do radical, sobretudo por razões pastorais. O Batismo era entendido como grande fonte de consolo; quando oprimidos, os cristãos poderiam lembrar-se dele. Quando houvesse uma busca ansiosa para merecer o favor de Deus, o Batismo deveria lembrar-nos que o favor de Deus já se manifestou para a pessoa batizada. Deus está levando a sério a promessa que deu no Batismo. Assim, em vez de orientar o Batismo apenas pelo passado (remissão de pecados

passados), Lutero o orientou pela vida diária no presente e pela plenitude futura da promessa de Deus⁹.

A controvérsia com os anabatistas tornou-se notória e virulenta quanto à questão do Batismo de infantes. Aqui as concepções de ambos os lados tornaram-se claras. Os anabatistas rejeitavam o Batismo de infantes porque, para eles, ele era mera água (“banho de cachorro”)¹⁰. Acentuavam que o Batismo precisa ser o rito de uma pessoa crente (Mc 16.16). Os infantes não podem expressar fé real. E só a água material não pode produzir efeito por si mesma. O sacramento é essencialmente um testemunho de ratificação da fé já existente (esta era também a posição de Zwínglio). E a fé deveria ser capaz de encontrar expressão numa profissão consciente.

Junto com isso, os anabatistas entendiam a Igreja como a comunidade dos puros e fiéis; o Batismo só deveria ser recebido e administrado por pessoas puras e fiéis. Esses conceitos poderiam ser responsáveis pela aspereza da luta entre Lutero e os anabatistas.

Lutero manteve o Batismo de infantes não por causa de um apoio bíblico. Ele e seus sucessores estavam bem conscientes de que não havia uma menção explícita do Batismo de infantes no séc. 1. Os textos bíblicos aduzidos em favor do Batismo de infantes (At 16.33; Jo 4.1s.; cf. 1 Co 7.14) não eram inteiramente convincentes. Não obstante, Lutero tinha certeza de que o Batismo de infantes estava de acordo com a teologia bíblica; mais do que isso, ele tornava claro o cerne do evangelho: o Batismo é um ato salvador gracioso e incondicional de Deus para com os seres humanos. Nem mesmo a fé constitui uma condição para a atividade salvadora de Deus. A fé não constitui o Batismo. Este é válido mesmo que falte a fé. É válido mesmo que seja administrado e recebido por infiéis. O Batismo está vinculado à Palavra, não à fé (Catecismo Maior IV,57).

Contra o argumento anabatista de que o rebatismo é necessário porque as crianças não demonstravam fé em seu Batismo, Lutero afirmava que a fé é mais do que a confissão explícita; ela é fruto da graça de Deus que cresce dentro de nós. Uma profissão pública fará eventualmente parte desse crescimento. Para Lutero, a fé não é uma posse, mas uma dádiva dinâmica, que pode crescer ou não na vida da criança batizada. Uma criança é batizada com base na ordem de Deus e na esperança de que ela venha a crer (Catecismo Maior IV,57).

O Batismo é necessário para a salvação. Não obstante, nem Lutero nem seus sucessores sustentavam que as crianças não-batizadas que morressem estariam condenadas. Oramos por elas e confiamos na misericórdia de Deus.

Os elementos essenciais do rito luterano do Batismo são a intenção de batizar, o ministrante, a fórmula trinitária e água natural. Todos os demais aspectos são tidos como não-essenciais. Lutero tinha preferência pelo Batismo por imersão porque chegava mais perto da imagem de ser afogado e ressurgir (Rm 6). Seus seguidores concordaram que isso não era essencial. Por razões práticas também a

afusão ou aspersão é possível. Na verdade, esta é a prática mais usada. Geralmente há uma tríplice afusão ou aspersão.

Para enfatizar o significado comunitário do sacramento, o Batismo de adultos e de crianças ocorre em cultos públicos e não em privados. Através do Batismo a pessoa batizada é incorporada na comunidade. Há necessidade de padrinhos cristãos no caso do Batismo de infantes. Os padrinhos, bem como os pais e a congregação, confessam publicamente sua fé e prometem oferecer uma instrução cristã apropriada. Quando da confirmação do Batismo, a pessoa batizada confessa a fé. O ministrante do Batismo geralmente é um ministro ordenado, mas qualquer cristão pode sê-lo. Há apenas um Batismo cristão para os luteranos. O Batismo do Espírito Santo de cristãos já batizados deve ser entendido como retorno ao Batismo (do infante) com água. Batismo sem água ou Batismo de pessoas mortas deve ser considerado uma aberração¹¹.

2.2 — O Batismo em diálogos bilaterais luteranos

Às vezes se considera o Batismo um fator ecumenicamente unificador, já que — com exceção do conflito entre Lutero e os anabatistas — não houve desacordos de peso relativos ao Batismo na história passada das igrejas. Por conseguinte, as discussões ecumênicas não estão sobrecarregadas com preconceito histórico ou até condenações. Com exceção do diálogo luterano-batista, o Batismo raramente recebe um tratamento profundo nos diálogos bilaterais da FLM.

a) Diálogo luterano-católico romano

O Batismo não tem sido um assunto de peso no diálogo católico-luterano. Nos mais recentes relatórios da Comissão Mista, o Batismo é brevemente mencionado em *Facing Unity* (1985)¹², no parágrafo 75, no capítulo intitulado “Comunidade em sacramentos”, onde há um testemunho conjunto sobre o Batismo que cita o Batismo, a Eucaristia e o ministério e afirma, em termos genéricos, que há uma compreensão comum e um reconhecimento do Batismo e de sua prática. No relatório *Church and Justification* (1994)¹³ encontra-se um parágrafo na seção intitulada “A Igreja como *Koinonia/Communio* fundada na Trindade”. De acordo com ele, o Batismo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo é “(68) vocação e eleição por Deus e nos torna propriedade de Deus (...) No Batismo somos batizados para dentro do corpo de Cristo, tendo parte em sua morte e ressurreição e revestindo-nos de Cristo (...)”

A declaração conjunta após as discussões teológicas sobre o Batismo realizadas nos Estados Unidos (1966) diz: “Estávamos razoavelmente certos de que os ensinamentos de nossas respectivas tradições sobre o Batismo estão substancialmente de acordo, e essa opinião foi confirmada nesta reunião.”¹⁴

b) Diálogo luterano-reformado

A Concórdia de Leuenberg não diz muito sobre o Batismo. Além de afirmar que na pregação, no Batismo e na Ceia do Senhor Jesus Cristo está “presente através do Espírito Santo”, comunicando a justificação, o tópico específico que trata do Batismo é muito breve e genérico:

14) O Batismo é administrado em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo com água. No Batismo, Jesus Cristo recebe irrevogavelmente o ser humano, que se tornou vítima do pecado e da morte, em sua comunhão de salvação, de sorte que ele se torne uma nova criatura. No poder de seu Santo Espírito, ele o chama para dentro de sua comunidade e para uma nova vida de fé, para o arrependimento diário e para o discipulado.¹⁵

A ênfase reside na aceitação da pessoa batizada na comunidade de fé. Só nesse contexto a fé aparece. A ênfase luterana de que a fé não constitui o Batismo, mas é, antes, fruto da ação de Deus, parece ser plenamente aceita nessa concórdia. O mesmo acontece com a concepção luterana do Batismo como ação vitalícia. O termo “irrevogavelmente” com certeza quer deixar claro que o Batismo, como oferta graciosa de Deus, não pode perder sua validade. O problema do relacionamento do Batismo e suas promessas com a fé humana não é desenvolvido mais amplamente.

c) Diálogo luterano-anglicano

Também o Relatório de Pullach (1973)¹⁶ acentua a importância do Batismo como ação de Deus que incorpora os batizados na comunidade. “64) (...) Os batizados são enxertados na Igreja, adotados como filhos de Deus, colocados num relacionamento com ele que significa justificação, perdão dos pecados e exposição ao poder santificador do Espírito Santo na comunidade que crê, testemunha e serve.”

Dois dos três parágrafos (65-66) tratam da prática comum do Batismo de infantes. Ambas as comunhões concordam que, embora não esteja atestado com certeza no Novo Testamento, o Batismo de infantes é “conformável à sua doutrina e em particular à ênfase da iniciativa divina na redenção do ser humano”. O tema da fé recebe mais espaço aqui do que na Concórdia de Leuenberg.

Já que “a fé é necessária para o recebimento correto do sacramento”, o Relatório de Pullach introduz as atuais práticas comuns da participação de padrinhos e da confirmação e afirma, primeiro, que “65) (...) a fé dos pais, dos padrinhos e de toda a comunidade é um compromisso de que o infante batizado será levado a responder em fé ao que Deus fez por ele no Batismo” e, em segundo lugar, que “66) A prática do Batismo de infantes torna necessário que se proporcione a oportunidade para a profissão pessoal da fé perante a congregação”.

Isso mostra também que ambas as tradições estão conscientes dos problemas

que surgem da prática do Batismo de infantes em igrejas nacionais em sociedades urbanas amplamente secularizadas, como é mencionado de modo explícito pela Comissão Regional Anglicano-Luterana Européia (1982, parágrafo 25)¹⁷.

d) Diálogo luterano-metodista

Os resultados do diálogo luterano-metodista foram publicados em 1984 no relatório intitulado *The Church: Community of Grace*. Ele dedica um capítulo inteiro (IV) aos “meios da graça”. Neste capítulo, o Batismo e a Eucaristia recebem um tratamento bastante amplo. Oito parágrafos (44-51) são reservados ao Batismo.

Há acordo na definição dos meios da graça como meios — isto é, palavras, sinais, atos exteriores instituídos por Cristo — através dos quais Deus comunica sua graça aos seres humanos. Ambas as comunhões reconhecem que a palavra de Deus, o Batismo e a Eucaristia são meios fundamentais da graça. Os metodistas, contudo, usam a expressão “meios da graça” numa acepção mais ampla, de modo que ela inclui também a oração, o estudo da Bíblia, o jejum e vigílias, com o argumento de que Deus é livre para escolher quaisquer meios para conceder sua salvação à humanidade.

Ambas as tradições concordam que o Batismo não é “primordialmente um ato humano, mas a dádiva de salvação de Deus” e “não só uma marca da profissão cristã, mas um sinal efetivo da graça de Deus”. As expressões “não primordialmente” e “não só” mostram que os luteranos podem admitir também a ação humana sempre que não haja o perigo de confundi-la com um mérito e sempre que o *sola gratia* não corra perigo.

O Batismo é considerado o “sacramento de entrada” no corpo de Cristo, sendo portanto irrepitível (45), e o “sacramento do início da vida cristã” com “significado duradouro para nosso arrependimento contínuo e nossa recepção diária do perdão e para nosso crescimento na fé e obediência” (46). A ligação com a fé é feita mediante a afirmação de que os benefícios do Batismo “podem ser perdidos por meio da descrença e desobediência persistente”.

Todos os ritos de Batismo são reconhecidos como válidos, independentemente de “idade, capacidade mental” ou de sua administração por pessoas leigas. Essas afirmações têm em mente o Batismo de infantes e o Batismo de emergência (muitas vezes feito por uma pessoa leiga).

Também se mencionam divergências e desacordos. O primeiro desacordo diz respeito à compreensão de graça preveniente. Os luteranos poderiam admitir a graça preveniente quando necessitassem dizer que no Batismo a condescendência graciosa de Deus é mais importante do que a fé da pessoa batizada e que a graça de Deus é capaz de fazer surgir a fé. Os metodistas, por sua vez, falam da graça preveniente no sentido de que a obra reconciliadora de Deus tem “um efeito

antecipatório que possibilita a resposta positiva dos seres humanos” mesmo antes do Batismo ou sem ele.

“(50) (...) A ação graciosa de Deus que concede salvação à humanidade não está vinculada a palavras ou ações humanas particulares. Conseqüentemente, o Batismo de emergência não é freqüente entre os metodistas.” Os luteranos, por sua vez, sustentam a “necessidade do Batismo para a salvação, porque ele é entendido como a aplicação fundamental da expiação de Deus em Cristo ao indivíduo”. Existe, entre os luteranos, um temor de que a ação salvadora de Deus seja separada dos sacramentos e de que, assim, o Batismo e a Eucaristia percam sua importância. Isso não significa ainda que os infantes não-batizados estejam condenados.

O segundo desacordo diz respeito à condição de membro da Igreja dada pelo Batismo. Contrariamente aos luteranos, que afirmam que o Batismo estabelece a condição de membro, os metodistas falam de uma condição preparatória de membro dada por meio do Batismo e de uma condição plena de membro dada por uma profissão explícita de fé. O tópico sobre o Batismo conclui dizendo:

51) (...) Considerada teologicamente, essa divergência entre nós se deve a compreensões diferentes de fé em relação ao ato batismal. A preocupação tanto dos luteranos quanto dos metodistas é manter estreitamente próximas a ação de Deus e a fé humana. Mas, enquanto que os metodistas acentuam a necessidade de fé pessoal para receber a salvação, os luteranos têm a fé como confiança na promessa de Deus dada no ato batismal.

e) Diálogo luterano-batista

O relatório da Comissão Mista Batista-Luterana contém um capítulo inteiro sobre “Fé — Batismo — discipulado” com 22 parágrafos¹⁸.

O ponto mais controvertido é, naturalmente, o Batismo de infantes. A despeito de concordarem que a “iniciativa sempre vem de Deus. A resposta humana é uma reação possibilitada pelo Espírito Santo” (29), o tradicional ponto de desacordo permanece. Os batistas “não têm condições de reconhecer o Batismo de infantes como Batismo” porque não é o Batismo de uma pessoa crente. Os luteranos muitas vezes vêm nessa falta de condições de reconhecer o Batismo de infantes como Batismo real o perigo de tirar do Batismo seu caráter de meio da graça (34).

33) A questão central entre luteranos e batistas é como a fé se relaciona com o Batismo. Para os batistas, a fé pessoal e consciente anterior ao Batismo é indispensável. Para os luteranos, por sua vez, o Batismo pode preceder temporalmente uma resposta pessoal e autoconsciente de fé, desde que a pessoa seja cercada e sustentada pela fé da Igreja e da família.

Embora os luteranos admitam que não há referências explícitas ao Batismo

de infantes no Novo Testamento (referências implícitas em At 16.33; 1 Co 1.16) e que a teologia neotestamentário do Batismo pressuponha o Batismo de adultos como normal num contexto missionário, eles sustentam que o Batismo de infantes não contradiz a teologia bíblica (p. ex., Mt 19.14). O Batismo de infantes até torna-se um testemunho claro e “especial de que o Batismo é uma dádiva, algo a ser recebido” (39). Além disso, os luteranos sustentam que o contexto missionário do Novo Testamento mudou com o crescimento da Igreja e com o nascimento de filhos de famílias cristãs. Os batistas têm o contexto neotestamentário como o contexto normal em todo tempo.

Os batistas não podem concordar com a interpretação do Batismo como “palavra visível da graça preveniente”. Este lugar é ocupado pelo evangelho proclamado. Para eles, “40) (...) o Batismo não é o primeiro passo. Para os batistas, a concepção luterana isola e superestima o Batismo, dando-lhe um peso e uma função teológicas independentes. Eles temem que isso possa levar a que se atribua ao Batismo o lugar reservado para Cristo e sua cruz”.

Além de diferenças teológicas, há algumas questões antropológicas e sociológicas implicadas no Batismo de infantes. Os batistas dizem que uma pessoa tem direito de escolher se quer ser batizada ou não. Os luteranos não pensam que o Batismo de infantes seja uma violação dos direitos humanos. Os batistas também temem que o Batismo de infantes seja entendido como um rito de passagem cultural ligado ao nascimento natural, em vez de como um acontecimento espiritual (renascimento).

Os luteranos aprenderam neste e em outros diálogos que a comunidade de fé pressuposta no Batismo de infantes não pode ser simplesmente presumida. Eles também parecem hesitar mais em batizar infantes indiscriminadamente onde os pais e as comunidades não estão conscientes da relação íntima existente entre Batismo e fé e onde o contexto cultural poderia sugerir uma interpretação do Batismo como rito de passagem.

3 — A Ceia do Senhor

3.1 — A compreensão luterana de Ceia do Senhor

À semelhança do Batismo, a compreensão de Lutero acerca da Ceia do Senhor¹⁹ surgiu, por um lado, de sua compreensão dos sacramentos como sinais e meios da graça (Confissão de Augsburg XIII) que garantem e comunicam a graça de Deus. Por outro lado, ela foi fortemente influenciada por sua luta com a compreensão católica romana de Eucaristia. Segundo Lutero, a missa católica não estava em conformidade com a instituição de Cristo. Em primeiro lugar, porque o cálice era negado às pessoas leigas e, em segundo lugar, porque a Igreja Católica

tinha a Eucaristia como uma rerepresentação do sacrifício de Cristo na cruz. Esse sacrifício era muito facilmente identificado com uma oferta apresentada a Deus pela Igreja. Contra esta concepção, os luteranos sustentam que são o poder e a dádiva de Cristo que constituem um sacramento. Os elementos tornam-se sacramento sem nossa obra e mesmo sem nossa própria condição ou estado de fé. Minha fé só recebe o sacramento; ela não o pode constituir.

Essa concepção objetiva podia fazer os luteranos afirmar que, visto que os sacramentos são válidos e efetivos apenas por causa da vontade de Deus, os sacerdotes não necessitam ser piedosos (Confissão de Augsburg VIII). Mesmo as pessoas descrentes recebem o corpo e o sangue de Cristo (*manducatio impiorum*). Isso se deve ao fato de que a descrença não pode desfazer o sacramento. Certamente, os descrentes não tomam a Ceia do Senhor para bênção, mas para maldição.

Deus torna a salvação possível e efetiva através da Ceia do Senhor porque se crê que Cristo esteja presente de maneira real, corpórea. Além de acentuar o princípio reformatório de que a salvação é iniciativa graciosa de Deus, Lutero e os luteranos queriam enfatizar a profunda condescendência e até humilhação de Deus, a ponto de que podemos tomar a Cristo na Ceia do Senhor, o beber e comer²⁰. “(...) o verdadeiro corpo e o verdadeiro sangue de Cristo estão verdadeiramente presentes na ceia sob a espécie do pão e do vinho (...)” (Confissão de Augsburg X).

Como o corpo e o sangue de Cristo estão presentes nos elementos eucarísticos é, pelo menos para Lutero, um mistério. Ele consideraria todas as teorias que tentaram explicar essa presença real de Cristo como construção meramente humana. Rejeita a concepção católica de transubstanciação (Os Artigos de Esmalcalde VI,5; Fórmula de Concórdia, Epítome VII,1) e aponta para a pessoa de Cristo, em que também podemos encontrar essa misteriosa união de divino e humano. Segundo Lutero, o pão não é transformado em corpo; a matéria não é mudada. Não obstante, ambos estão unidos e não podem ser separados. Ele usa a imagem de um ferro vermelho incandescente: o fogo permanece fogo e o ferro permanece ferro, mas ambos estão inseparavelmente unidos, permeando-se um ao outro²¹. Falava-se de uma união sacramental. Nos escritos confessionais isso foi expresso da seguinte maneira: o corpo de Cristo é dado “em, com e sob” o pão (Catecismo Menor VI,2; Catecismo Maior V,8).

A Igreja Reformada não podia admitir que o corpo e o sangue de Cristo pudessem estar tão estreitamente unidos aos elementos do pão e do vinho. Calvino pensava que a alimentação da alma com o corpo e o sangue de Cristo só acontece no céu. Até Melancthon tentou minimizar a presença real do corpo e do sangue de Cristo nos elementos da Ceia do Senhor, como mostra a Confissão de Augsburg alterada (1549)²².

A união sacramental do corpo e sangue de Cristo com o pão e vinho, entretanto, não é, para os luteranos, uma união duradoura; ela só existe em

conexão com a celebração do sacramento. Por conseguinte, os elementos não podem ser levados em procissões ou exibidos sobre o altar (Declaração Sólida VII,38). Lutero tentou evitar qualquer interpretação racionalista da presença de Cristo na Ceia do Senhor. Ele também queria que toda interpretação alegórica ou simbólica fosse excluída. A fim de excluir uma compreensão simbólica da presença de Cristo na Ceia do Senhor e toda doutrina do sacramento como mera recepção espiritual da dádiva, Lutero costumava falar da *manducatio oralis* (o corpo e o sangue de Cristo são comidos na boca). Essa concreticidade, todavia, poderia ser facilmente entendida de modo errôneo como o *ex opere operato* católico, ou seja: o mero ritual efetua a salvação, sem a necessidade da fé dos participantes.

Por conseguinte, a Igreja Reformada enfatizou a atitude subjetiva da pessoa crente para com a Ceia do Senhor. Só os crentes poderiam receber a Ceia do Senhor de uma maneira apropriada, espiritual²³. Segundo Lutero, a Ceia do Senhor é instituída pelo Senhor, e, assim, é sua vontade que constitui os elementos como corpo e sangue. Não há maneira ou direito de diminuir essa ordem de Deus. São o poder e a dádiva de Cristo que fazem o sacramento, e não a condição ou o estado de nossa fé.

As bênçãos da Ceia do Senhor são dadas a todas as pessoas que creem sinceramente que com o pão e o vinho se recebe o Cristo real. As bênçãos são o perdão dos pecados e a nova vida, a comunhão com Cristo e a edificação do corpo de Cristo (Catecismo Menor VI,6; Catecismo Maior V,20ss.). A comunidade rende ação de graças pelas dádivas que recebeu da morte e ressurreição de Cristo. Na refeição a salvação passada e o cumprimento futuro de todas as promessas se reúnem.

Entre os luteranos, os elementos são consagrados por meio da ação de graças e da recitação das palavras da instituição. Ambos os elementos são distribuídos entre os participantes. Estes são normalmente confirmados, mas em algumas congregações as crianças também podem participar após receberem alguma instrução. Já que a Ceia do Senhor é considerada uma fonte de força e conforto, ela é muitas vezes distribuída a pessoas doentes.

3.2 — A Ceia do Senhor em diálogos bilaterais luteranos

a) O diálogo luterano-católico

O Relatório da Comissão Mista Luterana/Católica Romana sobre a Ceia do Senhor²⁴ incorpora várias declarações anteriores sobre o assunto. A Parte I do Relatório apresenta um testemunho conjunto de católicos e luteranos; a Parte II identifica pontos de discordância.

O Relatório afirma claramente que ambas as tradições confessam em conjunto que a Eucaristia existe e acontece através de Cristo: ele deu a comissão, faz

o convite, possibilita a participação e é o autor e senhor de toda a celebração. A presença de Cristo não ocorre por causa de “mérito humano nem de capacidade humana, mas tão-somente no poder de sua graça” (14). Esta afirmação tem condições de enfraquecer o preconceito luterano de que a missa católica seria uma obra sacrificial para conseguir a benevolência de Deus.

Os dois principais pontos controversos na história têm sido a compreensão da presença de Cristo na Ceia do Senhor e a idéia de sacrifício. O Relatório mostra que o diálogo bilateral conseguiu aproximar muito as duas comunhões no tocante a essas questões. Ele também mostra, entretanto, que ainda permanecem diferenças importantes entre elas.

Depois de dar vários exemplos das muitas formas nas quais Cristo está presente na vida do povo de Deus, o parágrafo 16 refere-se à sua presença especial na Ceia do Senhor da seguinte maneira: ele está presente “total e inteiramente, em seu corpo e sangue, sob os sinais do pão e vinho”. O Relatório afirma que o propósito comum da terminologia usada no passado para descrever essa presença real, como “sacramental”, “sobrenatural” ou “espiritual”, era rejeitar, por um lado, uma “maneira espacial ou natural de presença” e, por outro, “uma compreensão do sacramento como somente comemorativo ou figurativo” (16).

Ainda permanecem diferenças quanto ao modo e à duração da presença real de Cristo na Eucaristia. Segundo os católicos, a presença deve ser entendida como transubstanciação (“transformação de toda a substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo”). Os luteranos consideram esta descrição demasiado materialista ou naturalista e sentem falta da dimensão pessoal da presença de Cristo. Por conseguinte, repetem a tradicional terminologia luterana: o corpo e o sangue de Cristo estão presentes “em, com e sob o pão e o vinho”. Querem entender essa unidade — chamada “sacramental” — como analogia à encarnação, em que Deus e ser humano são unidos em Jesus Cristo. Os católicos pensam que esta formulação luterana não faz justiça à palavra de Cristo: “Isto é o meu corpo”. A despeito dessas diferenças, as concepções são tidas como suficientemente próximas para não serem mais divisoras.

Ao passo que os luteranos crêem na presença de Cristo durante a celebração, a doutrina católica sustenta que a presença de Cristo continua além e após a celebração, e que os elementos consagrados são até dignos de veneração. Embora admitam que a presença de Cristo não depende da fé dos participantes, os luteranos não aceitam uma presença de Cristo nos elementos para além da celebração da Ceia do Senhor. O diálogo sobre esta questão teve um aspecto positivo para os luteranos; ajudou-os a ter mais respeito pelos elementos que servem para a celebração, de sorte que agora muitas congregações os consomem logo depois da celebração.

O caráter eucarístico (de louvor) da Ceia do Senhor recebe um tratamento bastante amplo na primeira parte (Testemunho comum). O mesmo acontece com

o tópicos “sacrifício” na segunda parte (Tarefas comuns). A história da salvação, refletida na celebração eucarística, e a inclusão de pão e vinho na ação eucarística são um testemunho do poder e amor de Deus na criação e de seu amor na vida e morte de Cristo pelos pecados da humanidade. Todo esse testemunho e proclamação são ação de graças a Deus por seus benefícios. Nesse contexto (31), o Relatório fala da oferta do pão e do vinho como forma de louvar a Deus, que proporciona tudo de que necessitamos para viver, bem como de oferecer a nós mesmos (Rm 12.1) e de compartilhar uns com os outros tudo que recebemos.

Nessa seção há uma tendência de substituir a palavra “sacrifício” por “oferta”. Isso provavelmente tornou mais fácil um testemunho conjunto. Na segunda parte, onde as diferenças que ainda restam são esclarecidas, a terminologia sacramental é mais frequente. Os católicos e os luteranos concordam que o sacrifício de Cristo não pode ser repetido ou complementado (*eph hapax*), mas pode tornar-se efetivo de modo sempre novo. Há diferentes maneiras de entender como essa efetivação acontece. Segundo a doutrina católica (Concílio de Trento), ela acontece porque em cada Eucaristia se oferece um sacrifício propiciatório pelos pecados dos vivos e também dos falecidos. O Senhor é oferecido e, ao mesmo tempo, oferta (57s.).

Os luteranos temem que essa compreensão de Ceia do Senhor seja contrária à unicidade e suficiência do sacrifício na cruz e até contrária à exclusividade da mediação da salvação por parte de Cristo. Eles pensam que o conceito de sacrifício propiciatório levou à concepção teológica errônea de que a salvação poderia ser comunicada sem recepção na fé, simplesmente através de um poder sacrificial autônomo do sacerdote (“sacrifício da missa” ou *opus operatum*). Por causa disso, não admitem as chamadas “missas privadas” (sem comunhão da congregação). Eles só celebram com uma comunidade reunida, onde os/as participantes recebem com fé as dádivas comunicadas. Os luteranos só admitem falar de um sacrifício de ação de graças nos atos eucarísticos de invocar, confessar e louvar o Senhor.

Desde o Concílio Vaticano II, os católicos e os luteranos estão se aproximando em alguns aspectos da prática da Ceia do Senhor. Para os católicos, as celebrações comunitárias com a participação dos fiéis têm prioridade sobre as chamadas “missas privadas”. Eles também concordam que “o pão e o vinho fazem parte da forma completa da Eucaristia” (64). As ocasiões em que os católicos celebram com ambas as espécies são mais frequentes, embora eles ainda distribuam, por razões práticas, só pão na maioria das vezes. Para os luteranos, isso só é possível em “casos urgentes de necessidade pastoral”.

Ambas as comunhões concordam que o Batismo incorpora na Igreja (parágrafo 25; 1 Co 12.13) e que, tomando do corpo e sangue de Cristo na Ceia do Senhor, os crentes “tornam-se cada vez mais um único corpo por meio do Espírito Santo” (1 Co 10.17). Elas também testemunham conjuntamente que a comunidade que se reúne em torno da mesma mesa e come do mesmo corpo é capacitada e chamada para o serviço no mundo (40). A Ceia do Senhor também é considerada

um sinal do “novo céu e nova terra rumo aos quais estamos indo” (43). O reino futuro é trazido a nós numa antecipação alegre do banquete celestial (Ap 19.9).

Um aspecto problemático da celebração eucarística é mencionado, mas não tratado com a necessária profundidade: o ministério eucarístico. Segundo os católicos, a Eucaristia só pode ser celebrada por um bispo ou um sacerdote ordenados. Não há exceção possível. O Relatório afirma que também entre os luteranos a Ceia do Senhor é normalmente dirigida por ministros ordenados (Confissão de Augsburgo XIV). Divergências não são mencionadas neste Relatório.

Para os católicos está proibida uma celebração conjunta de luteranos e católicos; a admissão à celebração católica é possível quando haja razões suficientes.

A partir desse diálogo os luteranos aprenderam e estão aprendendo a celebrar a Ceia do Senhor com mais freqüência, a pensar seriamente sobre a participação de crianças na comunhão e a estabelecer ligações mais estreitas entre a liturgia da palavra e a liturgia do sacramento (73). O Relatório também os ajuda a ter uma compreensão mais profunda do caráter memorial da Ceia do Senhor (36).

b) O diálogo luterano-reformado

A presença real de Cristo na Ceia do Senhor tem sido uma questão tradicional entre luteranos e reformados. Lutero e os luteranos estavam preocupados com a maravilhosa condescendência graciosa de Deus que se manifestava na presença concreta de Cristo no pão e no vinho na Ceia do Senhor. O fato de Cristo tornar-se disponível para os pecadores nos elementos da Ceia do Senhor era considerado o sinal mais maravilhoso de misericórdia.

Para os teólogos reformados esse conceito de presença real parecia por demais materialista e até supersticioso. Por isso Zwínglio, por exemplo, acentuava o sentido simbólico da Ceia do Senhor: ela lembra a congregação do sentido da morte de Cristo na cruz. O próprio Cristo não está na congregação, mas no céu.

Calvino, por outro lado, pensava que a presença de Cristo deveria ser entendida como presença espiritual. Com o termo “presença espiritual” ele queria dizer que Cristo está presente para as pessoas crentes por obra do Espírito Santo. A presença não é sentida pela língua. O pão e o vinho são sinais sacramentais dessa presença espiritual.

À acusação de que os luteranos não eram muito diferentes dos católicos com sua teoria da transubstanciação (os luteranos eram acusados de “comer à moda de Cafarnaum”; cf. Jo 6.52) ou sua concepção da efetividade do mero rito da Eucaristia (*ex opere operato*) os luteranos respondiam com o argumento de que criam nem numa presença material nem espiritual, e sim numa presença sacramental (singular) de Cristo na Ceia do Senhor.

A Concórdia de Leuenberg afirma em termos genéricos que “na pregação, no Batismo e na Ceia do Senhor, Jesus Cristo está presente através do Espírito

Santo” (Concórdia de Leuenberg 13). Os detalhes a respeito de como se deve entender a presença real de Cristo não são mencionados. Evitam-se concepções reformadas como a localização do corpo de Cristo no céu ou o caráter memorial da Eucaristia, bem como o termo (luterano) “consagração”. A Concórdia fala, antes, de maneira personalista: Cristo está “se comunicando ou dando a si mesmo” (Concórdia de Leuenberg 15, 18).

Há consenso de que a Ceia do Senhor não é primordialmente um ato humano nem depende de seres humanos, mas um ato de Deus que dá a si mesmo, reconcilia a humanidade e renova sua Igreja.

15) Na Ceia do Senhor o Cristo ressurreto se comunica em seu corpo e sangue, dado por todos, através de sua palavra de promessa com o pão e o vinho. Com isso ele nos concede perdão dos pecados, liberta-nos para uma nova vida de fé. Possibilita-nos experimentar de novo que somos membros de seu corpo. Fortalece-nos para o serviço a todos os seres humanos.

A crença luterana de que o corpo e sangue de Cristo estão presentes “em, com e sob” o pão e o vinho é preservada no parágrafo 15. O assunto é mais amplamente desenvolvido no parágrafo 19:

19) Não podemos separar a comunhão com Jesus Cristo em seu corpo e sangue do ato de comer e beber. Preocupar-se com a maneira da presença de Cristo na Ceia do Senhor abstraindo desse ato é correr o risco de obscurecer o sentido da Ceia do Senhor.

Este parágrafo reflete os temores luteranos de que uma mera presença “espiritual” de Cristo (13) pudesse desconectar Cristo completamente da celebração eucarística. De modo semelhante, a afirmação de que “na Ceia do Senhor nós proclamamos a morte de Cristo” (16) — que lembra o conceito reformado de rito memorial — parece receber uma correção luterana no parágrafo 18: “18) (...) Assim, ele se dá sem reservas a todas as pessoas que recebem o pão e o vinho: a fé recebe a Ceia do Senhor para a salvação; a descrença para o juízo.” A objetividade da presença efetiva de Cristo — independentemente de nossa fé — é preservada no termo “sem reservas” e na afirmação de que os participantes descrentes recebem o juízo com a Ceia do Senhor.

Muitas pessoas criticaram a Concórdia de Leuenberg²⁵ por causa de suas ambigüidades, meios termos e omissões (p. ex., não há menção da questão do sacrifício). Não obstante, há concordância entre luteranos e reformados de que, com base na compreensão fundamental de que a Ceia do Senhor é um ato gracioso de Deus, as teologias desenvolvidas em ambas as famílias não precisam se contradizer, mas podem ser entendidas como complementares²⁶. Com base nisso não há obstáculo para uma comunhão plena de púlpito e altar.

c) O diálogo luterano-anglicano

A Eucaristia não é uma questão tradicional entre luteranos e anglicanos. O Relatório de Pullach (1972) dedica apenas três parágrafos à Ceia do Senhor (67-69). Sobre os sacramentos em geral há afirmações que tentam relacionar Palavra e Sacramento (61-63) e refletem sobre o número de sacramentos (70-72). O primeiro complexo afirma que tanto a Palavra quanto o Sacramento “são ocasiões de sua [sc. de Cristo] vinda” (63) e são “essenciais e constitutivos” para a vida da Igreja (61). O segundo complexo, que trata do número de sacramentos, afirma a “unicidade dos dois sacramentos evangélicos”, mas admite que o termo “sacramento” pode ser entendido em sentido mais amplo de modo a incluir outros ritos.

Especificamente sobre a Ceia do Senhor o Relatório diz que as igrejas a celebram em obediência à ordem de Cristo. Repetindo o rito de Cristo, “67) a Igreja recebe dessa maneira o corpo e sangue de Cristo, crucificado e ressurreto, e nele o perdão dos pecados e todos os outros benefícios de sua paixão”. A presença real de Cristo é afirmada por ambas as comunhões, mas nenhuma delas tenta “definir precisamente como isso acontece” (68).

Diferentemente de outros acordos, pode-se encontrar muita terminologia litúrgica no tratamento da Ceia do Senhor, como a menção das partes da “ação eucarística, incluindo a consagração e recepção” (68), e do ato de instituição da Santa Ceia por Cristo (“que tomou o pão, e distribuiu...”) (67).

Contrariamente à Concórdia de Leuenberg, o Relatório de Pullach considera necessário dedicar um parágrafo ao sacrifício. Além de afirmar que ambas as tradições concordam que o sacrifício de Cristo foi oferecido “de uma vez por todas pelos pecados do mundo inteiro” (69), há consenso de que a Santa Ceia inclui sacrifício: “69) (...) Nela nós oferecemos nosso louvor e ação de graças, a nós mesmos e tudo que somos, e fazemos diante de Deus o memorial do sacrifício de Cristo”. Os luteranos parecem não ter visto nesta afirmação qualquer perigo de entender a Ceia do Senhor como obra humana. Também o termo “memorial”, evitado na Concórdia de Leuenberg, pode ser usado porque parece não ter qualquer significado histórico negativo no contexto do diálogo com os anglicanos.

d) O diálogo luterano-metodista

Também com os metodistas não há uma história de controvérsias a respeito da Ceia do Senhor. Por isso podemos encontrar neste diálogo tanto os temas tradicionais, presentes em outras controvérsias, quanto aspectos novos da teologia eucarística. O Acordo de 1984 (*The Church: Community of Grace*) inicia o tópico sobre a Eucaristia reconhecendo e caracterizando os diferentes contextos da origem e do desenvolvimento da teologia e prática eucarísticas entre luteranos e metodistas. Aqueles acentuavam no passado a prioridade da livre graça de Deus

em Jesus Cristo, ao passo que estes falavam, antes, de uma nova espiritualidade tendo como pano de fundo a prática anglicana.

Ambas as tradições concordam que a Ceia do Senhor é “um dos meios da graça fundamentais” porque Jesus Cristo “se vinculou a essa refeição”. A maneira como a Ceia do Senhor torna-se meio da graça é ligeiramente diferente em ambas as famílias. Enquanto que os luteranos afirmariam que isso acontece através do “poder da palavra criadora e promitente de Cristo”, os metodistas prefeririam dizer que é a ação do Espírito Santo que o realiza.

No que diz respeito à presença objetiva de Cristo na Ceia do Senhor e sua ação efetiva através dela, permanecem diferenças tradicionais:

54) (...) Embora ambas as tradições creiam na presença de Cristo em toda a ação sacramental, os luteranos tendem a enfatizar também a união real porém misteriosa entre o corpo e sangue de Cristo e os elementos do pão e vinho mais acentuadamente do que os metodistas em geral o fazem. Uma consequência da concepção luterana é que, para eles, mesmo as pessoas descrentes de fato recebem o corpo e sangue de Cristo, mas para sua condenação/juízo. Os metodistas, embora reconheçam a necessidade de receber o sacramento dignamente, dizem que os crentes, mas não os descrentes, recebem o corpo e sangue de Cristo. Estamos, contudo, convictos de que tais diferenças são menos significativas do que as concordâncias existentes entre nós.

Com efeito, essas diferenças não impediram a Comissão Mista de recomendar (com uma discordância) que as igrejas de ambas as comunhões “estabeleçam plena comunhão de Palavra e Sacramento”, começando com “intercâmbios de púlpito e hospitalidade mútua à mesa do Senhor” (91).

Importantes aspectos novos da Ceia do Senhor poderiam ser mencionados como crenças comuns. Ambas as tradições sustentam que a refeição fortalece os /as participantes em seu “compromisso com a paz, justiça e reconciliação”. Na comunhão com Cristo e de uns com os outros pode-se reconhecer “uma antecipação do reino de Deus e, por conseguinte, uma contestação das injustiças do mundo”. Ambas as tradições estão cientes de que “o caráter da Eucaristia como ato de louvor e ação de graças por tudo o que recebemos de Deus é um aspecto importante da Ceia do Senhor”.

e) O diálogo luterano-batista

Os batistas e luteranos concordam que a Ceia do Senhor é uma refeição da nova aliança e de comunhão entre as pessoas crentes. Há também uma concordância geral quanto ao sentido das diversas partes da celebração, como a ação de graças pelas dádivas de Deus, a lembrança do sofrimento de Cristo, a celebração da presença de Cristo, expectativa da comunhão plena no reino futuro e a preparação para o testemunho no mundo.

Ambas as tradições também confessam a presença de Cristo na Ceia do

Senhor. Há diferenças quanto ao modo dessa presença. Enquanto que para os luteranos “o Senhor se comunica a si mesmo em seu corpo e sangue com o pão e vinho através da palavra da promessa (...) Esse receber a Cristo não depende da fé da pessoa individual, embora somente as pessoas crentes possam receber Cristo para sua salvação”, “os batistas relacionam a presença de Cristo à celebração da Ceia do Senhor como um todo (...)” (88).

Os benefícios da Ceia do Senhor são mencionados apenas brevemente: perdão dos pecados, liberdade para uma vida santificada, serviço no mundo, comunhão renovada, esperança da vida vindoura. O Relatório da Comissão Mista afirma também que no passado houve ênfases específicas de ambos os lados, reconhecendo, assim, implicitamente que no presente essas ênfases não precisam ser as mesmas (89).

No que diz respeito à relação com a condição de membro da Igreja, o parágrafo 90 diz que “para luteranos e batistas a participação na Ceia do Senhor confirma e confessa sempre de maneira nova que através da fé e do Batismo fomos incorporados no corpo de Cristo e somos seu povo”.

Com base na discussão e na convergência mencionadas acima, o Relatório conclui recomendando “que a prática já existente de hospitalidade mútua à mesa da comunhão seja endossada e encorajada” (92).

Notas

- * Texto da palestra apresentada na Consulta Internacional Luterano/Adventista do Sétimo Dia realizada em Jongny, Suíça, em 01-06.06.1996.
- 1 *Livro de concórdia* : as confissões da Igreja Evangélica Luterana, 3. ed., São Leopoldo : Sinodal; Porto Alegre : Concórdia, 1983.
- 2 Julius BODENSICK (ed.), *The Encyclopedia of the Lutheran Church*, Minneapolis : Augsburg, 1965, vols. I e II.
- 3 Foram usados os seguintes textos em inglês: The Leuenberg Agreement (1973), in: *The Lutheran-Reformed Dialogue Series III* (1981-1983); J. E. ANDREWS, J. A. BURGESS (eds.), *An Invitation to Action*, Philadelphia : Fortress, 1984; *Anglican-Lutheran International Conversations* : The Report of the Conversations 1970-1972 Authorized by the Lambeth Conference and the Lutheran World Federation (Relatório de Pullach), London : SPCK, 1973; *The Eucharist* : Report of the Lutheran/Roman Catholic Joint Commission, Geneva : LWF, 1980; *The Church: Community of Grace* (diálogo luterano-metodista), Geneva : LWF, 1984; *Baptists and Lutherans in Conversation* : A Message to Our Churches, Geneva : LWF, 1990.
- 4 *Lutheran-Orthodox Dialogue* : Agreed Statements 1985-1989, Geneva : LWF, 1992, não trata do Batismo e da Ceia do Senhor.
- 5 Para o que se segue baseio-me bastante em Robert H. FISCHER, Baptism, in: J. BODENSICK (ed.), op. cit., vol. I, p. 179-188.
- 6 ID., *ibid.*, p. 180.
- 7 *Ibid.*

- 8 Tratado sobre o Batismo, WA 2, 722ss.; Robert H. FISCHER, op. cit., p. 183.
- 9 ID., *ibid.*, p. 183s.
- 10 Sermão sobre o Batismo, WA 37, 642; Catecismo Maior IV,22.
- 11 Robert H. FISCHER, op. cit., p. 187.
- 12 ROMAN CATHOLIC/LUTHERAN JOINT COMMISSION, *Facing Unity : Models, Forms and Phases of Catholic-Lutheran Church Fellowship*, Geneva : LWF, 1985, p. 38.
- 13 ID., *Church and Justification : Understanding the Church in the Light of the Doctrine of Justification*, Geneva : LWF, 1994, p. 43s.
- 14 “Declaração conjunta” do bispo T. Austin Murphy e do Dr. Paul C. Empie, in: P. C. EMPIE, W. W. BRAUN (eds.), *Lutherans and Catholics in Dialogue II : One Baptism for the Remission of Sins*, New York, 1966, p. 85.
- 15 *An Invitation to Action*, p. 68.
- 16 *Anglican-Lutheran International Conversations*, p. 16.
- 17 *Anglican-Lutheran Dialogue : The Report of the European Commission* (Helsinki, August-September 1982), London : SPCK, 1983, p. 10s.
- 18 *Baptists and Lutherans in Conversation*, p. 14-23.
- 19 Para o que se segue baseio-me principalmente no artigo de Ernst SOMMERLATH, The Lord’s Supper, in: J. BODENSICK (ed.), op. cit., vol. II, p. 1336-1342.
- 20 ID., *ibid.*, p. 1338.
- 21 *Ibid.*, p. 1339.
- 22 *Ibid.*
- 23 *Ibid.*, p. 1340.
- 24 *The Eucharist*, Geneva : LWF, 1980 (= *Das Herrenmahl*, Paderborn/Frankfurt, 1978).
- 25 Cf. Lutheran-Reformed Consultation Series II, 1972-1974, in: *The Lutheran-Reformed Dialogue Series III, 1981-1983 (An Invitation to Action)*, Appendix 2, p. 56s.
- 26 Marburg Revisited : Lutheran-Reformed Consultation Series, 1962-1966, in: *ibid.*, Appendix 1, p. 42.

Nelson Kilpp
Escola Superior de Teologia
Caixa Postal 14
93001-970 São Leopoldo — RS

(Tradução: Luís M. Sander)